

---

**PROBLEMAS ALIMENTARES MUNDIAIS**  
**— LIÇÕES DE UM MAU ANO CEREALÍFERO —**

---

*José E. Mendes Ferrão*

---

## PROBLEMAS ALIMENTARES MUNDIAIS — LIÇÕES DE UM MAU ANO CEREALÍFERO (\*) —

---

### 1. INTRODUÇÃO

Os assuntos ligados à alimentação e nutrição mundiais têm sempre ocupado, ao longo dos tempos, lugar de indiscutível interesse na vida dos povos.

Necessidade vital que é necessário satisfazer e garantir, a alimentação preocupa não só a Comunidade Internacional mas também os governos dos países. Não se pode pregar a estômagos vazios nem apregoar desenvolvimento quando a fome é uma realidade e, muito menos, tranquilizar e estabilizar populações que viviam na incerteza da subsistência do dia de hoje e o vazio alimentar do amanhã.

Por causa dos alimentos se deram, ao longo dos tempos, migrações de pessoas e haveres, uns à procura de terrenos mais férteis e neles se instalando ou nas suas proximidades, outros, mais fracos, deles foram expulsos perante a força da força, mais do que pela força da razão.

Civilizações inteiras desenvolveram-se em regiões de terras mais produtivas e mesmo que, para segurança das populações e haveres, procurassem refúgio para as suas habitações no escarpado das montanhas próximas, era nos campos marginais dos rios, engordados pela boa terra trazida de montante, que a agricultura, e por consequência a produção de alimentos, tomou a sua maior expressão.

Ter alimentos significava segurança e tranquilidade. E ainda hoje assim é. *Panen et circenses* não é apenas típico dos romanos do tempo de Juvenal mas podemos dizer que é de todas as épocas e civilizações.

Em tempos já recuados, quem tinha os recursos alimentares nos seus territórios geria-os e procurava valorizá-los, e, quem os não tinha, via-se na necessidade de os procurar das formas mais diversas, ou agregando

---

(\*) Lição proferida no curso de Defesa Nacional — Janeiro de 1989.

novas áreas, ou conquistando novas terras, ou cultivando melhor, ou pilhando as culturas dos seus vizinhos, ou comerciando com eles, ou mudando de local, como tantas vezes sucedeu ao longo dos séculos. Hoje, guardadas as apropriadas distâncias, a situação fundamental é a mesma.

A título de apontamento podemos dizer que o nosso país, ao longo da sua história, também teve de encarar o seu problema alimentar. A falta de cereais foi crónica em Portugal quase desde o início da nacionalidade e, embora sem se poder dizer em termos absolutos, a conquista de Ceuta em 1415 e a expansão ultramarina encontram-se intimamente ligadas a esta realidade nacional que Rui Mayer definia em 1926 como não tendo sido Portugal fadado para terra de pão mas para o desenvolvimento das culturas arbustivas e arbóreas, mais bem adaptadas que as culturas anuais, às irregularidades do clima e a um estio normalmente muito seco e prolongado.

No momento actual e ao nível mundial, perante um crescimento da população que se realiza nos países menos desenvolvidos a uma taxa sem precedentes, perante situações de fomes, mais ou menos dramáticas, mas sempre dolorosas e desumanas, que atingem grande parte da humanidade, em face da sensibilização da opinião pública para estes problemas, acicatada pela pressão dos órgãos da comunicação social, nomeadamente através da imagem, perante as apregoadas e sentidas dificuldades provocadas pelos excedentes nos países tecnicamente mais evoluídos, os alimentos e a sua gestão, universal, regional e nacional, entram no quadro das grandes políticas e nas estratégias de desenvolvimento e de dominância da maioria dos países e pesam muito na pressão internacional que alguns exercem ou pretendem exercer sobre os outros. Este facto é tão reconhecido nos areópagos internacionais que insistentemente os países em desenvolvimento desejam que figure nos documentos dessas reuniões que «os alimentos nunca devem ser usados como uma arma política ou de pressão de uns povos sobre os outros».

A alimentação mundial assenta essencialmente na agricultura e ainda na pesca. A primeira das actividades está ligada cerca de metade da população do Globo. Também, por isso, o desenvolvimento e gestão dos recursos mundiais de alimentos têm reflexos importantes na vida das comunidades.

Em síntese, os problemas alimentares envolvem aspectos de produção e gestão de recursos ao nível nacional, regional e internacional, com evi-

dentes situações de carência na maior parte dos países em desenvolvimento e de excedentes de certos produtos em alguns países desenvolvidos, aspectos de comercialização desses produtos algo complexos e pouco transparentes, por vezes, e, ainda, quando se passa para o aspecto concreto dos indivíduos, de malnutrição, incluindo a alimentação em excesso e em carência e, neste caso, carências quantitativas e qualitativas.

Sem receio de desmentido, pode dizer-se que os alimentos disponíveis ao nível mundial seriam mais que suficientes para alimentar a população existente. As estatísticas estão aí a confirmá-lo. Os especialistas calculam que, com as actuais condições de produção, seria possível alimentar cerca de nove vezes a população que se espera existir no princípio do próximo século.

E perante terras disponíveis ainda em grande quantidade e a evolução técnica, verifica-se um grande optimismo quanto a suficiência de alimentos para os próximos tempos muito embora seja necessário ter mais cuidado com a gestão dos recursos naturais para que se não delapidem com o uso abusivo da terra. As destruições da floresta, os estragos provocados pela erosão e pela desertificação, entre outros, preocupam os técnicos e os planificadores e alguns já consideraram esta afectação dos recursos naturais como o problema mais sério e preocupante do decénio em que vivemos, em termos de construção do futuro.

## *2. A FOME. TIPOS E NÚMEROS DE VÍTIMAS*

Sob o ponto de vista da forma como os seres humanos se alimentam, pode dizer-se que a maior parte da população mundial vive sujeita a dificuldades e erros mais ou menos graves.

Em números muito globais, pode dizer-se que cerca de um oitavo da população mundial, o que representa aproximadamente 600 milhões de pessoas, passa fomes generalizadas ou com carácter de certa permanência, um quinto, isto é, 1000 milhões, encontra-se em situações de subnutrição, cerca de 10 por cento, isto é, 500 milhões de pessoas, estão superalimentadas e, por isso, contraem doenças, as «doenças de abundância», que sobrecarregam os hospitais e os esquemas de saúde pública e, segundo os especialistas, apenas 10 por cento da população mundial seguirá uma alimentação correcta.

Reconhecida a fome como uma realidade entre os homens, haverá que separar a fome quantitativa que se verifica sempre que os indivíduos não comem a quantidade suficiente de alimentos e, assim, o número de calorias ingerido fica abaixo das necessidades de uma vida activa ou até da sobrevivência, da fome qualitativa, muito mais generalizada que a primeira e que se verifica sempre que os seres humanos não incluem na sua alimentação todos os constituintes nutricionalmente indispensáveis à vida.

Por exemplo, são frequentes as carências em proteínas nos países mais pobres porque a alimentação é baseada fundamentalmente nos amiláceos (milho, batata-doce, banana, inhame, mandioca), o que dá origem à doença conhecida por Kwashiorkor, as carências vitamínicas (A, B, C, D e E) e de minerais (cálcio, fósforo, iodo, etc). Nalguns casos, pela sua extensão, deve citar-se o caso do sueste asiático onde o alimento base é o arroz e, por isso, as carências de vitamina PP dão origem à generalização da pelagra.

Cerca de 290 milhões de pessoas vivem com menos de 250 calorias, considerado o nível mínimo de sobrevivência, 260 milhões de mulheres grávidas e 200 milhões de crianças revelam anemia permanente, 125 milhões de pessoas, uma em cada quarenta, estão atacadas pelo bócio provocado pela carência de iodo que é de tratamento relativamente fácil e pouco oneroso, 250 mil crianças cegam por ano devido a carência de vitamina A e a xeroftalmia afecta milhões de crianças em todo o mundo sem chegarem à cegueira típica dos casos mais graves.

Morrem de inanição por ano, particularmente nas zonas sujeitas à carência absoluta de alimentos, dezenas de milhões de pessoas. As crianças, as maiores mártires, porque com menos possibilidades de se defenderem, morrem ao ritmo de duas por segundo, cerca de 14 milhões por ano, e pode dizer-se, nesta estatística macabra, que uma em cada sete crianças morre antes de atingir o quinto dia de vida.

Numa comparação bem trágica, mas bem eloquente, pode dizer-se que o número de crianças que morre por ano corresponde ao lançamento de uma bomba como a de Hiroxima de 3 em 3 dias.

Estes números trágicos já dão uma ideia da importância dos problemas alimentares, mas eles são-no ainda e também por aspectos sociais, económicos, políticos e outros, com os quais estão intimamente ligados.

A produção mundial de alimentos dá-nos a certeza global, mas apenas só global, de que os alimentos são suficientes para as necessidades de todos os seres humanos.

Mas uma apreciação pormenorizada revela-nos que a sua distribuição ao nível mundial está muito longe de ser uniforme. As assimetrias são gritantes e, para alguns, são profundamente dolorosas.

Como regra, nos países tecnicamente mais evoluídos e muito embora nem sempre reúnam as melhores condições ecológicas para a actividade agrícola, a produção vem aumentando regularmente, salvo situações pontuais como a de 1988, quer em volume global, quer em produção por unidade de área, quer em produção «per capita».

As disponibilidades de alimentos são cada vez maiores apesar de se colocarem em prática medidas restritivas de produção e de esgotamento dos excedentes, assuntos a que nos referiremos adiante.

Os países menos desenvolvidos encontram-se em situações bem diferentes e alguns em posições antagónicas. Certos destes já conseguiram assegurar a sua auto-suficiência alimentar em relação a certos produtos básicos, muitos outros, embora possam ter aumentado a produção global mais à custa de entrada em cultura de novas áreas e menos ao aumento dos rendimentos unitários, atravessam dificuldades preocupantes devido ao aumento muito acentuado da sua população com mais bocas a alimentar, e em alguns, devido a situações de extrema dificuldade económica, à instabilidade interna, ao aparecimento de cataclismos, a produção até tem vindo a diminuir globalmente nos últimos anos.

No primeiro caso estamos na presença de países que se debatem com excedentes alimentares, nos restantes podem existir carências mais ou menos graves.

Mas existirem alimentos não significa que não haja fome, embora o inverso seja verdadeiro.

### *3. A FOME POR FALTA DE ALIMENTOS*

As situações de fome têm várias causas, mas aquelas que mais rápida e insistentemente chamam a atenção da Comunidade Internacional são as devidas à carência absoluta, ou quase absoluta, de alimentos. Nos locais sujeitos a este drama os seres humanos que neles vivem têm no seu hori-

zonte mais ou menos próximo a morte por inanição. Infelizmente esta triste realidade concretiza-se anualmente em muitos milhões de pessoas, como já se referiu.

Tais situações de carência de alimentos atingem regiões ou países na sua totalidade conforme as condições e os condicionalismos a que estão sujeitas.

Casos de carências absolutas de alimentos, que se podem considerar como autênticas nódoas sociais na Comunidade Internacional, estão normalmente associados a condições anormais. São, com efeito, entre outras, zonas onde se fez a delapidação maciça dos recursos naturais, afectadas pelas secas ou pelas inundações, locais onde as culturas, que por terem sido profundamente atingidas por pragas e doenças em determinado ano, não produziram ou as suas colheitas se perderam. Mas são também, e infelizmente, áreas ou países em situação de guerra ou de instabilidade porque os homens se não entendem, as quais não permitem a estabilização das populações rurais e o seu trabalho agrícola continuado e são ainda as zonas onde a população se concentrou, como nos campos de refugiados.

Apesar de tudo, estas situações, embora devam considerar-se como excepcionais no contexto mundial, são, no entanto, realidades profundamente penosas. Estão em causa os milhões de seres humanos que vivem nessas regiões, e ainda a economia dos países que assim encontram retardada a sua saída do subdesenvolvimento em que vivem.

Como regra geral, não têm faltado alimentos nas quantidades tidas por necessárias, dados ou adquiridos pela Comunidade Internacional, que chegam à periferia desses locais em crise e que permitiriam dar pão a todos os seres humanos que aí vivem.

A título de exemplo pode referir-se que as ajudas coordenadas através de acções bilaterais e multilaterais atingiram em 1986 mais de 3 mil milhões de dólares expressos em cerca de 11 milhões de toneladas de cereais e cerca de mil toneladas de outros produtos alimentares.

Os Estados Unidos da América contribuíram com 6,5 milhões de toneladas de cereais e a CEE com 1,6 milhões de toneladas.

Em 1987, o Programa Alimentar Mundial, que se vem especializando neste tipo de ajudas, atingiu um máximo. Ainda se não dispõe de números de 1988 mas tudo indica que o esforço de ajuda se manteve.

Postos à disposição os alimentos, levanta-se depois o problema, nada fácil, de proceder à sua distribuição. E na realidade ainda se não conseguiu uma maneira verdadeiramente eficaz para fazer chegar esses alimentos a todas as pessoas que vivem nesses países ou regiões e que deles efectivamente necessitam para sobreviver.

Muitas dificuldades são conhecidas e ainda não se ultrapassaram.

Entre elas, e às vezes sobrepostas, podem referir-se a falta ou a precariedade das estruturas de descarga e recepção dos produtos que chegam, por vezes em grande volume, de abrigos onde os alimentos sejam protegidos até das intempéries, dos meios de transporte e combustíveis, de estradas que ou não existem ou nem sempre são ou estão operacionais, da distribuição da população que no campo vive muito dispersa e é dificilmente atingível pelos esquemas de distribuição de alimentos. E a tudo isto haverá que somar o factor desumano, a actuação do homem sem alma que assalta o armazém ou o transporte, que barra a estrada, que rouba, que destrói, que organiza circuitos paralelos, que, em suma, dificulta ou impede que outros homens possam simplesmente viver.

Pelas razões expostas e naturalmente por outras que se adivinham, a maior parte dos alimentos atinge fundamentalmente as populações sediadas nos grandes centros onde passa a ser mais fácil salvar a vida. Não admira que os rurais, em grandes cortejos de miséria, de sofrimento e de luta pela vida, se vejam compelidos a abandonar os seus locais de trabalho, menos talvez em procura da cidade e mais em demanda do alimento salvador que a ela chega vindo do exterior.

Quando se instalam situações deste tipo, as cidades tendem a crescer desmesuradamente porque muitos dos agricultores que acorrem ao meio urbano nele acabam por se fixar por gosto ou por necessidade. As bocas a alimentar aumentam nas cidades com esta chegada permanente, mas os campos, em consequência, cada vez ficam mais pobres. E se não forem introduzidos métodos novos de aumento da produção unitária, o que nem sempre é fácil ou possível, a produção agrícola vai diminuindo e o país sente cada vez mais as suas próprias dificuldades internas no aprovisionamento das populações mesmo se as situações anormais tiverem ocasionalmente cessado.

Por isso, alguns países em desenvolvimento olham com algumas reticências para este tipo de ajudas que é desejável, se pontual, mas pode ser contraproducente enquanto cerceia o seu desenvolvimento e aumenta a dependência do exterior.

Parece ter-se dado resposta a uma pergunta que anda na boca de muita gente, natural e justamente preocupada com estas situações de fome. Como pode concluir-se, estas realidades desesperantes não podem resolver-se recorrendo apenas aos excedentes dos países ricos. Torna-se necessário também que nos locais atingidos sejam tomadas medidas apropriadas e complementares, muito embora não estejam excluídas as necessidades de, em casos determinados, aumentarem ainda mais as ajudas em alimentos com prioridade para aqueles que entram mais nos hábitos das populações que se pretendem ajudar.

As ajudas em alimentos geralmente não têm faltado para suprir os casos mais graves. É de admitir que alguns as avaliem, para além dum compromisso social, como um processo de drenar, de forma simpática, os excedentes acumulados e cujos preços de conservação sobem todos os dias, e outros terão consciência que, na guerra comercial que impõem, dominam ou influenciam, a resultante está a seu favor.

Também não pode esquecer-se, até pela natureza e influências das ajudas, as contribuições em dinheiro que tem permitido, através de operações triangulares, adquirir excedentes de alguns dos países do Terceiro Mundo, que já ultrapassaram a auto-suficiência em relação a certos produtos alimentares e encontram ou podem encontrar dificuldades de todo o tipo para os fazer circular no mercado internacional.

Todas estas ajudas, sejam estes ou outros os motivos que as orientam, têm salvado milhões de vidas humanas nas regiões-nódoas e, por isso, elas já seriam importantes. Tem-se, porém, consciência que elas não resolverão em profundidade as situações deste tipo porque na sua base estão problemas complexos bem diferentes e que é necessário resolver por outra via.

Com efeito, não é apenas e só fornecer alimentos do exterior mesmo que gratuitos e ultrapassar as referidas dificuldades da sua distribuição, mas haverá que ajudar os países a intervir nas suas estruturas de produção. Às vezes, com medidas relativamente simples, conseguem-se grandes progressos, sejam, entre muitos outros, métodos mais aperfeiçoados da técnica agrícola, seja a introdução do regadio ou a regularização dos cursos de água e correcção torrencial. Por outro lado, espera-se uma ajuda internacional ainda mais valiosa a aspectos laterais do problema como o combate a calamidades dos animais e das plantas as quais ultrapassam as fronteiras dos países e têm incidências regionais, como as recentes pragas de gafanhotos em África bem o demonstram. E principalmente há que ajudar o mundo em

desenvolvimento a encontrar a paz onde ela ainda não existe e, com ela, o aproveitamento pleno ou mais intenso das potencialidades dos países, a possibilidade de os agricultores se poderem instalar tranquilamente nos seus campos e aí exercerem o seu nobre mister de produzir alimentos para a comunidade, a eliminação das legiões de refugiados nos quais a dor do desenraizamento das suas terras se junta à incomodidade das instalações em que são obrigados a viver, aos alimentos recebidos por esmola.

Volto a lembrar que é sobre estas situações, sobre os casos de fome por carência absoluta, ou quase absoluta, de alimentos que a humanidade se debruça com mais atenção.

Tendo o maior dos respeitois por todos aqueles que se encontram envolvidos nestas situações não se pode deixar de reconhecer que outros casos existem, talvez menos espectaculares, aos quais não podemos fechar os olhos e que pela sua extensão são, pelo menos, tão preocupantes como os da fome pela carência absoluta de alimentos a que se faz referência.

#### **4. A FOME FILHA DA POBREZA**

Existe outro tipo de fome que se encontra disperso em todas as regiões do mundo, mesmo nos países mais ricos.

Ela é a expressão, viva e vivida, da pobreza dos homens. Assiste-se, por todo o lado, à dolorosa realidade dos homens terem fome mesmo nos países com excedentes alimentares e que poderiam ser mais sensíveis à pobreza que mora à sua porta.

Tal situação deve-se fundamentalmente à circunstância de o nível de vida não permitir adquirirem os alimentos nas quantidades suficientes para si e para os seus familiares.

Este tipo de fome, que é real, que se instalou também aqui ao nosso lado, atinge como lepra grupos de cidadãos em todo o mundo sempre que eles estejam marcados com o sinal da pobreza e mesmo que vivam em ambientes superdesenvolvidos, quer seja nos Estados Unidos da América, na Europa Comunitária ou no Japão, mas naturalmente são mais evidentes nos países pobres onde as situações de penúria dos dois tipos se chegam a sobrepor. Nestes casos as pessoas sofrem, logo à partida, porque não têm alimentos, mas continuariam a sofrer, mesmo se eles existissem, pela dificuldade ou impossibilidade de a eles terem acesso.

Dados de confiança, que algumas vezes já referi, informam-nos, por exemplo, que cerca de 70 por cento dos africanos ao sul do Sara, 42 por cento dos mexicanos e até 15 por cento dos italianos, 13 por cento dos japoneses e 10 por cento dos habitantes dos Estados Unidos encontram-se nesta situação de fome provocada. São números, a meu ver, bem chocantes.

É quase a repetição da fábula da raposa perante as uvas verdes...

## 5. SOLUÇÕES

Perante estes aspectos, entre outros, ligados ao problema alimentar mundial, quais são as medidas possíveis de pôr em prática para resolver situações tão diversas?

A solução que ao homem da rua aparece mais fácil para as carências absolutas de alimentos é fazer chegar aos países pobres os excedentes dos países ricos e desta forma, como em princípio de vasos comunicantes, se resolveriam a situação de carência de uns e a de fartura de outros.

Já se indicou que a aplicação de um esquema desse tipo está muito longe de ser suficiente para casos que se exprimem dessa maneira.

Mas também não se podem nem esquecer nem abandonar à sua sorte aqueles desgraçados que se viram envolvidos em situações de carência absoluta de alimentos e cuja morte pela fome é necessário evitar a todo o custo.

É por isso que, apesar das dificuldades que uma assistência de alimentos a zonas tão dramaticamente atingidas envolve, a Comunidade Internacional não pode, perante as dificuldades conhecidas, cruzar os braços, nem aliás o tem feito, apesar de se saber que entre o óptimo, o desejável e o possível vão apreciáveis distâncias.

Os países desenvolvidos, no seu conjunto, num movimento de responsabilidade colectiva e não apenas e só os países com excedentes alimentares, têm ainda que reforçar a ajuda alimentar que já suportam, muito embora admitindo que uma parte importante daquilo que dão não chega a cumprir integralmente o seu objectivo. Mas o seu apoio nem tem nem pode ficar por aqui. Espera-se também dos países mais ricos uma ajuda confortável ao estabelecimento, nos países em carência, das estruturas cuja falta constitui estrangulamento a uma distribuição mais eficaz.

É assim, com abnegações e dedicações sem conta, dos e nos países dadores e nos recebedores, que o apoio dos países ricos sempre tem afluído através de ajudas bilaterais ou multilaterais. Tudo que é feito continua a ser insuficiente e imperfeito, mas reúne o mérito indiscutível e inavaliável de ter salvo da morte milhões de vidas humanas muito embora ainda se não tenha conseguido salvar todas aquelas que se encontram nestas provações.

Em países com estruturas insuficientes ou deficientes de produção agrícola são sempre de esperar efeitos gravosos de acidentes metereológicos e outros, e os países e a Comunidade Internacional têm de estar preparados para os evitar ou atenuar os seus efeitos. A reserva alimentar de emergência, estrategicamente colocada, de maneira a reduzir ao mínimo o tempo de actuação após o aparecimento de catástrofe, não é o único meio mas é, sem dúvida, da maior importância, como é unanimemente reconhecido.

Situação bem diferente é a dos países em que carências alimentares dos seus povos se devem ao subdesenvolvimento e à consequente pobreza e, por isso, as ajudas têm de ser de outros tipos.

A esses haverá que apoiá-los, segundo esquemas de desenvolvimento dos seus recursos com integral respeito pelas opções sociais, políticas ou outras que escolheram, deixando-os a ele decidir, fazendo-os independentes nos seus próprios países. Mas o denominador a atingir será, sem dúvida, uma ajuda ao seu desenvolvimento fazendo render as suas potencialidades, às vezes inexploradas e valiosas.

Como o Comité de Segurança Alimentar afirmou recentemente, «sendo a pobreza a causa profunda da fome e da malnutrição, a solução a longo termo do problema é necessariamente aumentar as taxas de crescimento económico, assegurar uma melhor repartição dos lucros e melhorar o acesso aos meios de produção».

Estão aqui enunciados problemas que vão muito além do aumento de produção de alimentos e certos deles desenvolvem-se ou exprimem-se no exterior das suas fronteiras como é o caso, por exemplo, das regras internacionais do comércio, ou a falta delas.

O desenvolvimento dos países entronca em estruturas, em diversificação de actividades, em aumento do nível de vida, em financiamentos, em apoios técnicos, etc. Mas, enquanto não há melhoria nestes sectores, os homens têm que viver.

Para muitos países torna-se necessário fazer uma economia draconiana das parcas divisas que possuem, que se forem utilizadas na compra de alimentos faltarão noutras áreas do desenvolvimento.

É por isso que se tem revelado como altamente promissor o esquema de integrar a ajuda alimentar em projectos de desenvolvimento para que, ao mesmo tempo que se salvam vidas e se poupam divisas, se criam estruturas que mais tarde deverão ajudar ao progresso dos países onde esses esquemas se aplicam.

É certo que as acções de cooperação e de ajuda do mundo desenvolvido aos países em desenvolvimento se tem expressado muitas vezes nesta linha mas, perante necessidades tão grandes e tão vastas, pode dizer-se que elas nem são tantas nem tão vultosas como o desejável. Por outro lado, nem sempre a pureza das intenções consegue superar interesses comerciais, políticos e outros que aparecem subjacentes a esta deturpada cooperação internacional.

Conhecem-se alguns projectos de ajuda ao Terceiro Mundo que se exprimem por esquemas de cooperação bilateral e em que cerca de 80 por cento das verbas concedidas regressam ao país que as deu, geralmente sob a forma de salários e de equipamento, e também se admite que certas ajudas em maquinaria que alguns praticam não serão tão inocentes como isso porque os países contribuintes, contabilizando a propaganda, inclusive das máquinas que ofereceram e o dinheiro que vão conseguir na venda futura de sobressalentes, se não ganharem dinheiro com a operação pelo menos as suas generosidades não serão tão grandes como muitas vezes se apregoa.

Nestas acções, como em muitas da vida humana, há sempre quem ajude com um coração grande mas, infelizmente, também não falta quem procure tirar partido de tudo, até da miséria e da pobreza.

Apesar dos inegáveis esforços que têm sido feitos, pode dizer-se que o problema da fome continua a pôr-se e, pior ainda, a agravar-se de ano para ano. Como disse o Conselho Mundial da Alimentação, reunido em Chipre em Maio de 1988, «o agravamento da fome no mundo onde existem excedentes alimentares é um facto cruel da nossa época». O Comité de Segurança Alimentar Mundial, também em reunião em 1988, pronunciou-se no mesmo tom enquanto «deplorou... vivamente que a situação de segurança alimentar mundial esteja marcada pelo contraste entre a abundância

à escala mundial e a existência de milhões de subalimentados nos países em desenvolvimento».

Bem me parece que estas palavras são uma boa síntese de tudo quanto se disse.

## *6. A SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA*

Depois de uma série de anos em que os recordes da produção, sobretudo de cereais, caíam todos os anos, atingiu-se um ano de depressão em consequência, sobretudo, do mau ano agrícola que se reflectiu em especial na produção cerealífera. As grandes secas nos Estados Unidos reduziram brutalmente a produção deste grupo de produtos e as chuvas, anormalmente longas e intensas, que se verificaram nalguns países europeus, atingiram as produções de fim de Primavera, estivais e até outonais.

Segundo estimativas ainda provisórias, pode dizer-se que a produção agrícola teve, apesar de tudo, um aumento de 0,4 por cento ao nível mundial. Em África, a produção «per capita» continuou a diminuir o que significa, em termos práticos, que neste continente as condições alimentares tendem a agravar-se.

A produção mundial de cereais, calculada em 1731 milhões de toneladas, é inferior em 3,2 por cento à do ano de 1987 e prevê-se que a quebra ainda se venha a revelar mais pronunciada, quando se apurarem outras informações.

No hemisfério norte, onde a campanha de 1988 já terminou, a produção de cereais baixou nos Estados Unidos e no Canadá em 31 por cento e na Europa Oriental e União Soviética a diminuição foi de 1,3 por cento. No hemisfério sul calcula-se que as colheitas de cereais, ainda em curso, especialmente a do trigo, serão inferiores às dos anos precedentes, salvo na Austrália em que se admite um aumento da produção em relação ao ano anterior.

Em 1989, como já em 1988, a segurança alimentar virá a ressentir-se da contracção de aprovisionamento de cereais nos principais países produtores. A redução global das disponibilidades exportáveis acabará por aumentar as dificuldades dos países em desenvolvimento e com «deficit» alimentar porque muitos têm necessidade de importar maiores quantidades destes produtos básicos, tendo em conta o aumento da população, e terão de o fazer a preços mais elevados.

Por outro lado, os «stocks» de cereais devem descer tanto nos anos de 1988 e 1989 que ficarão preocupantemente abaixo da margem de segurança conveniente.

Segundo as últimas estimativas estes «stocks», que atingiam no fim da campanha agrícola de 1987/88 400 milhões de toneladas, deverão cair para 282 milhões de toneladas no fim da campanha de 1988/89, das quais 119 milhões de toneladas são de trigo (18 por cento a menos), 36 milhões de toneladas de arroz (menos 6 por cento) e 128 milhões de toneladas de cereais secundários (menos 41 por cento). Esta baixa de «stocks» é em cerca de 85 por cento provocada pela quebra de produção dos Estados Unidos.

Os «stocks» de cereais para este ano representarão apenas cerca de 16 por cento das necessidades do consumo previsto para 1989/90 e ficam abaixo dos 17-18 por cento que a FAO julga necessários para que a segurança alimentar mundial fique assegurada. A situação é particularmente preocupante no caso do trigo, já que se dispunha de «stock» muito elevado de cereais secundários transferido dos anos anteriores.

As reservas mundiais de cereais assim calculadas e constituídas chegariam para cerca de 54 dias de consumo, e assim o nível de segurança fica inferior ao de 1973 quando, com grande preocupação mundial na altura, elas chegavam para 57 dias de consumo. Por isso o Director-Geral da FAO, na sua intervenção ao 94.º Conselho, em Novembro, declarou ser a primeira vez, desde a crise alimentar mundial do princípio da década de 70, que as reservas atingiram um valor tão baixo e o levou a afirmar, com preocupação, que «a provisão principal de alimentos utilizada em situação de catástrofe, isto é, a Reserva Alimentar Internacional de Emergência, está exausta».

Esta situação de carências de cereais já começou a reflectir-se nos preços que estão em alta e isso vai necessariamente afectar, de uma forma especial, a economia dos países compradores destes produtos básicos. É no entanto reconfortante saber que os Estados Unidos, apesar das dificuldades referidas, garantiram que iriam manter este ano uma ajuda alimentar gratuita, pelo menos igual à do ano anterior.

Eis alguns números sobre a evolução dos preços dos cereais que nos parecem elucidativos do que se afirma.

Nos Estados Unidos, em 1987, o trigo duro de Inverno valia 117 US\$/tonelada e em Junho-Agosto passado era cotado a 151 US\$/tonelada.

O milho, no mesmo país, valia 76 US\$/tonelada em 1987 e em Julho deste ano tinha o valor de 126 US\$/tonelada.

O arroz na Tailândia, que em 1987 valia 244 US\$/tonelada, vendeu-se nos últimos meses do ano passado a 315 e o açúcar passou dos 90 US\$/tonelada de 1985 para os 246 de Agosto deste ano.

E se esta situação é já preocupante para os países que têm de comprar cereais no mercado internacional, ela é ainda mais desastrosa quando se analisa a evolução dos preços de alguns dos produtos que normalmente exportam e que, no geral, se têm vindo a manifestar em queda. Por exemplo, o cacau que valia em Londres em 1985 225 US\$/tonelada, foi cotado a 123 US\$/tonelada em Setembro passado, o algodão caiu de 1634 US\$/tonelada em 1987 para 1337 em Setembro de 1988 e a carne de bovino da Argentina passou de 3770 em 1986 para cerca de 1700 no fim do terceiro trimestre deste ano.

O Director-Geral da FAO chamou a atenção no último Conselho da FAO, reunido em Novembro passado, para a circunstância dos países pobres atravessarem dificuldades económicas acrescidas pelo que não poderão satisfazer o serviço da sua enorme dívida externa, que em muitos deles representa mais de 40 por cento das receitas de exportação, senão à custa das receitas de exportação que provém, essencialmente, dos produtos primários. Ora estes, salvo raras excepções, apresentaram nos três últimos decénios uma tendência para a baixa, e a maioria deles tem hoje cotações menos elevadas que em 1960, como os números referidos para alguns produtos bem exemplificam.

## *7. ALGUMAS TENDÊNCIAS*

Apesar de tudo que se disse há, com efeito, uma tendência para a redução da produção de alimentos e diminuição dos «stocks» nos países desenvolvidos, apesar da queda marcada da produção de cereais durante o ano de 1988.

Os Estados Unidos de há muito que vêm reduzindo a área cultivada com cereais e mantêm uma guerra aberta com a Comunidade Europeia quanto à concessão de subsídios que ela garante aos seus agricultores, desejando uma concorrência aberta entre preços.

Preocupação idêntica, ou quase idêntica, se verifica com a Comunidade Económica Europeia. Ainda há pouco anos esmagada com pesados excedentes, esgotou este ano os «stocks» de manteiga, alguma vendida a preços

fortemente bonificados, e ainda há bem poucos meses vimos o Governo Português lançar um tipo de leite com um teor butiroso mais baixo, e também mais barato, para conseguir, numa medida inteligente, cerca de 40 toneladas de manteiga por dia para o aprovisionamento do mercado interno.

Apesar de tudo, a Comunidade continua apostada na mesma política de redução de produção de alimentos que não é a mesma coisa que redução da produção agrícola.

O representante da CEE, no passado mês de Novembro numa extensa exposição que fez no 94.º Conselho da FAO, anunciou diversas medidas tomadas pela Comunidade no sentido de evitar a acumulação de «stocks» e deu conta dos resultados já conseguidos.

Entre as informações mais salientes deverão referir-se as reduções em 20 por cento do número de cabeças de gado, 11,3 por cento na produção de leite, menos 600 mil toneladas de manteiga, um abaixamento de preços dos cereais pagos ao agricultor em cerca de 25 por cento, uma redução da quantidade máxima garantida em 3 por cento, a corresponsabilidade de 3 por cento paga pelo produtor no caso da produção ultrapassar a quantidade máxima garantida.

Tendo em conta a importância da agricultura e dos agricultores no equilíbrio económico e social dos países, mas não esquecendo, por outro lado, os excedentes de alimentos, começaram a considerar-se opções agrícolas não alimentares e soluções equilibradas de optimização dos investimentos na agricultura ou até de desenvolvimento de culturas que substituam importações.

Entre as primeiras medidas a Comunidade estuda e deseja desenvolver certas oleaginosas em que é deficitária, fibras como o linho e o algodão, onde a ecologia o permita, e outras culturas de aplicações industriais não alimentares. É evidente que tais medidas podem ter reflexos nas reduções de importações destes produtos oriundos dos países em desenvolvimento pelo que têm de ser cautelosamente postas em prática.

Entre as últimas é conhecida a aspiração omunitária de se libertar do exagerado peso da importação de soja dos Estados Unidos e, por isso desenvolve programas no campo das proteíginosas, em especial o tremçoço

Por outro lado, começa a ter aceitação na Europa o sistema de agricultura em que a preocupação dos altos rendimentos unitários, até há

poucos anos dominante, passa a dar lugar a uma produção equilibrada com o emprego de razoáveis quantidades de fertilizantes. Segundo os defensores deste ponto de vista não interessará aumentar a produção à custa da aplicação de grandes doses de adubos e pesticidas, fabricados à base de petróleo que é necessário importar para depois criar «stocks» cujo armazenamento e drenagem vão ocasionar mais despesas bem como criar problemas de agressão ambiental, nomeadamente nos domínios da poluição do solo e da água a que hoje se liga tanta importância.

## *8. A AGRICULTURA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO*

Ficará no espírito de muitos a dúvida sobre legitimidade moral da redução da produção alimentar posta em execução nalguns países quando há tantas pessoas com fome mesmo naqueles que assim procedem, parecendo faltar-lhes a solidariedade universal, como há bem pouco tempo o Papa o recordou.

Mas a dura realidade dos factos assim é.

É necessário ter porém em conta que qualquer orientação da redução da produção de alimentos afecta seriamente determinados sectores produtivos dos países, como a agricultura, e a concessão de subsídios pode nem ser dignificante para os agricultores que desejam ser cidadãos de corpo inteiro nem para a economia dos países. Cada vez mais se reconhece que o mundo não pode viver sem agricultura e sem agricultores.

Com a autoridade que se lhe reconhece, J. Delors, no passado 20 de Julho, afirmava que «no modelo europeu da sociedade há necessidade de manter um grande número de agricultores não somente porque eles produzem bens alimentares mas também porque eles desempenham um papel insubstituível no ordenamento do território, no desenvolvimento do mundo rural e, por consequência, no equilíbrio da sociedade».

Se estes conceitos são válidos para uma Comunidade fortemente industrializada, que dizer daqueles países que têm na agricultura a sua actividade fundamental e muito particularmente aqueles que ainda não conseguiram a sua auto-suficiência alimentar?

É também curiosa e importante a opinião do cientista americano Relman que em 1988 chamou a atenção, em Kyoto, para os perigos que a recente abundância de alimentos nos países desenvolvidos leva a redução

dos fundos atribuídos à investigação agrícola nesses países limitando já o número de projectos e de postos de trabalho.

Se por um lado a superabundância de alimentos tende a limitar os recursos destinados à investigação, é necessário não esquecer que factores ecológicos e ambientais como o efeito de estufa, as chuvas ácidas, a contaminação das águas subterrâneas, a diminuição da camada de ozono, etc., podem conduzir a uma produtividade diminuída e até mesmo ao aparecimento eventual de novas doenças e perigos, com naturais reflexos negativos na produção.

E se não estivermos apropriadamente defendidos somos capazes de voltar aos tempos das vacas gordas e das vacas magras, ou só das vacas magras.

## 9. A AGRICULTURA, ACTIVIDADE BÁSICA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

A agricultura está fortemente ligada aos ciclos biológicos e à ecologia e, pela sua natureza, reage com muito mais lentidão às decisões tomadas pelo poder político que outras actividades. E por isso não é possível nem desejável fazer bruscas mudanças de orientação nas suas políticas.

A seca, que atingiu os Estados Unidos e provocou uma quebra na produção de cereais, é bem um exemplo dessa dependência. Ela foi o ano passado inferior a 10 milhões de toneladas das necessidades do país enquanto no ano de 1987 os excedentes eram superiores a 150 milhões de toneladas.

E se é certo que a elevada tecnologia dos países ricos permitirá, assim se espera, reconstruir os «stocks» mundiais de alimentos, não pode deixar de reconhecer-se que se vão dar neste ano profundas modificações na circulação e nos preços dos produtos alimentares com evidentes prejuízos para os países do Terceiro Mundo que terão de comprar mais e mais caro quando já se encontram exaustos, apertados por uma dívida externa sufocante, com uma nítida tendência de baixa dos seus produtos no mercado internacional, como já se referiu.

Espera-se também que o problema dos «stocks» de excedentes se volte a colocar em próximos anos apesar das medidas correctivas já em curso e se generalizem, entre países ou grupos de países com excedentes, situações de conflitos comerciais como aqueles que actualmente presenciamos

entre a Europa Comunitária na área da carne com hormonas e o ano passado se verificou na soja, no vinho e nos queijos. Novamente os países ricos terão de colocar o problema da forma como se deve orientar o desenvolvimento do sector agrícola e dos subsídios aos agricultores para eles próprios continuarem a produzir excedentes. Talvez continuem uns a reduzir as áreas cultivadas, outros a reduzir a produção de alimentos, a limitar os subsídios aos agricultores, a vir ao de cima a defesa da agricultura de baixo investimento, conceito tão pouco simpático para os industriais dos fertilizantes e dos pesticidas, a desenvolver outras actividades agrícolas não alimentares, o que iria fazer reduzir as importações de países do Terceiro Mundo e que influenciaria as suas economias, a usar os mais variados artifícios para esgotar os excedentes e desta forma arranjar amigos e inimigos.

O ano corrente, com o seu comportamento irregular, trouxe aos planificadores e aos agricultores farta matéria de meditação. De uma situação excedentária em cereais, que são os produtos alimentares básicos por excelência, que se havia instalado, vive-se agora um preocupante abaixamento de «stocks».

E as modificações da meteorologia foram essenciais para provocarem tal situação. A comparação das previsões das variações da produção alimentar por habitante entre Março e Setembro deste ano bem mostra como se deverá ter em atenção a evolução da produção agrícola mesmo ao longo do ano.

Perante a tendência geral de excedentes de produtos alimentares, parece legítima a interrogação se deve ou não continuar a pugnar-se pelo aumento da produção agrícola nos países ou grupo de países que já lutam com a existência de excedentes, ponto de vista em que insistiu.

Na análise desta questão não podem esquecer-se problemas de segurança e de independência nacional que têm os seus custos, nem até outras alternativas agrícolas não alimentares.

Ter um telefone ligado aos bombeiros pode não ser necessário e custa dinheiro, mas também pode haver um dia em que um alerta poderá ter efeitos de salvação nacional.

É por isso que certas actividades se têm de manter quase a qualquer custo imediato porque estão em jogo interesses que ultrapassam os de grupos ou classes de pessoas ou actividades e se exprimem em interesses

colectivos nacionais ou regionais. E é por isso que os países quanto mais pobres forem, mais têm de cuidar da sua independência em relação a certos produtos básicos.

É por isso que sendo legítimo defender o conceito de que cada país deve pugnar pelo fomento das culturas para que têm mais aptidão e nas quais pode ser concorrencial, não devem ser mais papistas que o papa e desguarnecer a retaguarda numa área tão sensível como é a da produção de alimentos.

Se a Comunidade Económica Europeia raciocinasse e programasse a sua agricultura em termos puramente económicos, talvez já não houvesse nem agricultura nem agricultores no espaço em que se move e não deixaria de pagar este ano com elevados custos o raciocínio, talvez matematicamente certo, mas socialmente errado que teria seguido.

Felizmente que assim não foi e assim não é.

E talvez isso nos ajude a nós próprios a sermos prudentes dando o lugar devido a certas culturas alimentares portuguesas, nomeadamente certo volume de produção de cereais para o qual não teremos talvez as melhores condições mas que nos farão menos dependentes dos outros. Porque os amigos só se conhecem na altura dos apertos e pode suceder que nessa altura eles se esqueçam dos problemas que atravessaria este pequeno rectângulo a oeste do continente europeu que o Sol aquece e o mar banha mas a terra é no geral pobre e ingrata e o clima traiçoeiro a uma agricultura programada à régua e esquadro tão típica dos homens ligados às ciências exactas, e menos seguida pelos que vivem em contacto com os ingratos problemas da biologia.

## 10. PALAVRAS FINAIS

Apesar da quebra brutal da produção de cereais no ano de 1988, o que terá trazido a vantagem de sensibilizar certas forças drasticamente contrárias ao aumento de produção, pode tranquilamente dizer-se que a produção agrícola globalmente continuou a aumentar.

Apesar do esgotamento dos «stocks» ir provocar um aumento do preço dos cereais e talvez, por arrastamento, de outros produtos alimentares, o que afectará desfavoravelmente em especial os países em desenvolvimento, porque grandes consumidores destes produtos, espera-se que o dinamismo

dos países ricos e até a experiência adquirida permita rapidamente reconstruir os «stocks» mínimos e a situação se normalize por volta do ano de 1990.

Já porque as quebras dos cereais se verificara sobretudo nos países desenvolvidos e, como tal, em condições mais favoráveis para superar as crises, espera-se, como alguns já prometeram, que eles possam manter o mesmo volume de ajudas aos países com dificuldades durante o ano em curso.

Poderá a situação vivida servir igualmente de meditação quanto aos programas de desenvolvimento nos países ricos e nos países pobres, verificando os primeiros quanto deve ser repensado o eventual volume de excedentes e os segundos da necessidade de eles próprios caminharem para uma auto-suficiência alimentar em relação aos produtos básicos.

Mas a fome, ou a privação, absoluta ou relativa, essa infelizmente ainda não será eliminada da face da Terra no ano agora iniciado, não só porque circunstâncias pontuais ou estruturais o não permitem mas sobretudo porque o ser humano ainda não foi considerado em todos os locais mais importante que as coisas e, por isso, continuará a sofrer as pesadas consequências de interesses que são os seus.

*José E. Mendes Ferrão*

Presidente da Comissão Nacional da FAO

## PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Conseil Mondial de l'Alimentation — Rapport du Conseil (14 ème Session), Nicósia (Chipre), 23/26 Maio 1988.
- FAO, 94.º Conselho da FAO. Doc. PV. Intervenção do representante da CEE. Roma, Nov. 1988.
- FAO, Troisième Rapport du Comité des Politiques et Programmes d'Aide Alimentaire au Conseil Economique et Social et au Conseil de la FAO (1987). Doc. 94/9. Rome, Nov. 1988.
- FAO, «L'Alimentation et l'Agriculture em 1988». Doc. CL 94/2 e CL 94/2 Sup. 1. Rome, Out. 1988.
- FAO, «Rapport de la Troisième Session du Comité de la Sécurité Alimentaire Mondial». Doc. 94/10. Rome, Nov. 1988.
- FAO, «Rapport du 94 ème Conseil de la FAO». Rome, Nov. 1988.
- FERRÃO, J. E. M., «População e alimentos. O presente e o futuro próximo». CN, FAO. Lisboa, 1988.
- FERRÃO, J. E. M., «Uma medida para a fome e malnutrição. A guerra dos cereais entre países excedentários». CN, FAO. Lisboa, 1987.
- FERRÃO, J. E. M., «A situação alimentar em África. Alguns pontos de meditação». Rev. Est. Econ., 6 (3): 259-278, 1986.
- FMI, Bell-FMI, 3 Oct. 1988.
- KELMAN, Arthur, «Oportunidades para futuros avanços na patologia vegetal». Cong. Int. Patol. Vegetal. Kioto, 20-27 Ago. 1988.
- MAYER, R., «O problema da água na agricultura portuguesa». Sep. Bol. Fac. Dir. Univ. Coimbra. Coimbra, 1926.
- SAOUMA, E., Déclaration du Directeur Général au 94 ème Session du Conseil de la FAO. Doc. CL 94/Inf/5 Nov, 1988.